

Os DESCAMINHOS DA EDUCAÇÃO SOB BOLSONARO

Já são três Ministros em um ano e meio

Depois da pressão do Supremo Tribunal Federal contra o ministro da Educação Abraham Weintraub, o ex-capitão Jair Bolsonaro não resistiu e demitiu aquele que já era cognominado de ministro da Falta de Educação

Mas esse episódio confuso e carregado de autoritarismo parece ter se transformado na triste regra deste desgoverno.

A partir de janeiro de 2019 o Brasil entrou em um dos períodos mais obscurantistas de sua história: a posse de Jair Bolsonaro marca o avanço do neofascismo no país. Retrocessos foram a tônica desses dias tenebrosos para a democracia com o país sendo entregue ao grande capital. Retrocedemos alguns séculos em um ano e meio: minorias foram aviltadas, cotidianamente aqueles que se opõem ao obscurantis-

mo bolsonorista são atacados, a cultura se refugiou em guetos onde a liberdade de expressão ainda é possível.

Mas de todos os ataques perpetrados pelos senhores da ignorância, a educação foi um dos alvos mais preferidos. Considerado um posto estratégico o Ministério da Educação, foi logo de início ocupado pelo colombiano radicado no Brasil Ricardo Vélez Rodrigues. Indicado pelo "filósofo" de ultra direita Olavo de Carvalho, Vélez se notabilizou por atitudes ridículas como determinar que os diretores de escola obrigassem os alunos a cantarem o hino nacional e filmassem os alunos que não estivessem cantando.

Ao final de sua curta passagem de 87 dias, Vélez determinou uma revisão nos livros didáticos de história para alterar os re-

latos sobre o golpe militar de 64.

O PIOR MINISTRO DA HISTÓRIA

Após uma série de manifestações da sociedade, Vélez é substituído por Abraham Weintraub que, contrariando as expectativas, revelou-se pior que seu antecessor. Prosseguindo com a linha de perseguição ideológica característica do desgoverno Bolsonaro, Weintraub repetiu a todo instante ataques à esquerda e às universidades que adotam uma linha crítica: "Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas", disse o ministro em abril de 2019. Foram constantes os ataques a Paulo Freire e aos partidos de esquerda.

Porém os ataques de

Weintraub não se limitaram ao plano ideológico. Durante o ano de 2019, foram anunciados vários cortes que atingiram 11 mil bolsas CAPES de mestrado e doutorado. Em fevereiro de 2020, o MEC enviou um ofício a Universidades e Institutos Federais proibindo o aumento de despesas com pessoal. Neste mês, ele anuncia a implantação do Projeto Future-se, que amplia a privatização das universidades públicas e acaba com o que ainda restava de democracia nessas instituições. Em maio deste ano, o Senado devolve um projeto do ministro que eliminava as eleições para reitor no período da pandemia, deixando ao Ministério a escolha dos gestores.

Continua na
página seguinte



**FORA BOLSONARO
E MOURÃO!**

Continuação da página anterior

Depois de ofensas ao STF, cujos ministros foram qualificados por Weintraub como "vagabundos que deveriam ir para a cadeia", a pressão da sociedade fez com que o ministro saísse do governo. Mas não sem antes perpetrar mais um ataque aos movimentos sociais revogando a portaria de maio de 2016 que estabelecia cotas para negros, quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência nos cursos de pós-graduação.

Por todas essas sandices Weintraub deixa o Ministério sob o epíteto de o pior ministro da educação de todos os tempos

MAIS DO MESMO

Ao final desta edição ainda não havia um nome

escolhido para preencher o cargo, porém as especulações indicavam para mais do mesmo: a escolha deveria recair ou sobre um representante da chamada "ala ideológica", o setor

mais retrógrado do governo que tem em Olavo de Carvalho seu padroeiro, ou para um dos oportunistas do chamado Centrão, que renderão votos no Congresso para Bolsonaro. A educação

deverá continuar seguindo a linha privatizante, sendo encarada como um permanente estorvo para o país na medida em que estimula o pensamento crítico e questionador da realidade.

Nota de repúdio

A APROPUC repudia mais uma vez, de forma veemente, o senhor Abraham Weintraub, exonerado do Ministério da Educação pelo ex-capitão Jair Bolsonaro. Uma associação como a APROUPC, que tem como local de atuação a casa que abrigou Paulo Freire, não poderia deixar de somar a sua voz à daqueles que protestam contra os disparates ditos e executados por este senhor. Todos os atos originários de sua lavra tiveram claramente o fim de liqui-

dar com a educação crítica de nosso país, desde os cortes indiscriminados de bolsas, os ataques a minorias, o projeto Future-se, entre outros. No apagar das luzes de sua triste passagem pela vida pública ele atacou mais uma vez os cursos de ciências sociais e filosofia, que se constituem em reservas críticas do pensamento universitário, além de revogar a portaria que estabelecia quotas no pós-graduação para negros, quilombolas, indígenas e deficientes físicos.

A Associação dos Professores da PUC-SP, como outras associações de professores do país não pode se calar diante de tantos ataques de uma figura que, além da ausência de competência para ocupar este ou qualquer outro cargo, atua de maneira fascista contra aqueles que defendem a democracia e a liberdade no país.

Por isso erguemos nossa voz para dizer bem alto:

Fora Weintraub! Fora Bolsonaro! Fora Mourão!

Professores de São Paulo querem discutir forma de volta às aulas

O Sinpro-SP reivindica em seu site que os professores participem do processo de um possível retorno às aulas presenciais. Para o sindicato "muitos dos problemas que os professores enfrentam hoje poderiam ter sido minimizados se os trabalhadores, por meio de seus representantes, pudessem ter opinado no início da quarentena. O mesmo erro volta a se repetir: profissionais da Educação estão sendo excluídos de um debate que os afeta diretamente".

A APROPUC e os Centros Acadêmicos da PUC-SP têm alertado também para

este problema e vêm reivindicando reuniões com Reitoria e Fundasp para solucionar as questões levantadas com o ensino on-line durante a pandemia.

Por outro lado, na terça-feira, 16/6 o Ministério da Educação autorizou que as universidades continuem com as aulas on-line até 31/12, respeitando-se a carga horária dos cursos. A Universidade de São Paulo já anunciou que deve manter os seus conteúdos na forma on-line até esa data. As outras universidades estaduais (Unicamp e Unifesp) ainda estudam a medida.

Continua impasse na campanha salarial do ensino superior

Prosseguem as negociações da campanha salarial de 2020. As mantenedoras estão mantendo a maioria dos itens da convenção coletiva de 2019, porém insistem em não dar ne-

nhum tipo de reajuste para a categoria neste ano. Para o Sinpro-SP e a Fepesp esta posição é inaceitável e novas negociações devem acontecer na próxima semana.

Consun discute eleições na PUC-SP e segundo semestre

O PUCViva apurou que o próximo Consun, com data prevista para 24/6, deve discutir um calendário para as próximas eleições para reitor da PUC-SP. Segundo as informações colhidas o Grão Chanceler da PUC-SP, Dom Odilo Scherer prorrogou a data

para a entrega da lista tríplice até 11 de setembro. Com isso o processo eleitoral deverá transcorrer entre julho e setembro.

A reunião deverá ainda discutir a finalização do semestre e o início do próximo. A ideia é que o atual calendário permaneça como está.

ANPG protesta contra fim das cotas na pós-graduação

A Associação Nacional dos Pós-Graduandos, ANPG protestou contra a portaria 545, um dos últimos atos do nefasto ex-ministro da educação Abraham Weintraub que revoga a portaria nº 13, de 11 de maio de 2016, que dispunha sobre orientações para as universidades instituírem políticas de ações afirmativas no âmbito da pós-graduação como a instituição de cotas para negros, indígenas e quilombolas. Para a associação "em

um cenário marcado por expressivas e crescentes manifestações virtuais e de rua contra o racismo, no Brasil e no mundo, esse ato, que tem a digital de Abraham Weintraub, demonstra o projeto antidemocrático e discriminatório do governo Bolsonaro para a educação e ciência brasileiras". Outras entidades e movimentos sociais, como a ABEPRESS manifestaram-se de maneira semelhante, pedindo a revogação da portaria 545.

Avaliar, refletir, aperfeiçoar

Em resposta à matéria de capa veiculada pelo Jornal PUC-Viva na edição especial n. 12 de 28/05/2020, a Reitoria da PUC-SP vem manifestar estranheza e total divergência em relação aos conteúdos veiculados, uma vez que, diante dos fatos, nada ali se sustenta. A narrativa usada para atacar a Reitoria é, claramente, infundada. Vamos aos fatos.

Conforme é de conhecimento de todos, a avaliação da docência é aplicada todo semestre há mais de 10 anos, com o objetivo de atender à Dimensão do Ensino referente à auto-avaliação institucional proposta pelos indicadores do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES INEP-MEC). Consiste, portanto, em determinação normativa do MEC-INEP que, inclusive, confere autonomia à Comissão Própria de Avaliação (CPA). À universidade compete oferecer as condições adequadas ao bom funcionamento da CPA, acompanhar e apoiar seu trabalho, utilizando as análises e dados que a Comissão produz como insumos ao aperfeiçoamento da gestão acadêmica e do trabalho docente. Significa dizer: a Reitoria não elabora e nem interfere nas avaliações realizadas, apenas acompanha e, se consultada, ajuda na avaliação das estratégias e procedimentos depois que eles foram realizados, buscando colaborar com o aprimoramento das atividades da Comissão.

Desde a implantação da avaliação docente, seu objetivo tem sido o de promover a reflexão e o aperfeiçoamento dos cursos em relação à dinâmica em sala de aula, fornecendo subsídios aos coordenadores, núcleos docentes estruturantes e a cada docente, individualmente. Os resultados da avaliação, consignados nos relatórios da CPA, são completamente anônimos.

A Reitoria e todos que já participaram da avaliação neste ano observaram que, claramente em decorrência da excepcionalidade causada pela pandemia do coronavírus, a CPA modificou as questões do formulário, tendo contemplado aspectos relacionados às adaptações que a universidade teve de realizar em

razão da suspensão das atividades presenciais pelo necessário e obrigatório isolamento social.

Em nossa avaliação, seria estranho se não o fizesse; aliás, seria estranho e mesmo alienado se desconsiderasse a absoluta excepcionalidade que estamos vivendo e todos os impactos que ela causa na vida acadêmica da PUC-SP. A avaliação - que segue aberta à participação voluntária de docentes e estudantes até 05/06/2020 - obedeceu à mesma estrutura de sempre: 11 questões avaliadas por meio da escala likert e uma questão aberta, ou seja, tanto a manutenção da estrutura quanto as adaptações nos conteúdos das questões foram decididas pela CPA de maneira autônoma e sem interferência da Reitoria.

A CPA, até onde sabemos, nunca foi objeto de discussão pelo jornal Puc-Viva. É estranho que o seja agora de maneira totalmente distorcida e como veículo de ataque infundado à Reitoria: usada para insinuar que a Reitoria poderia utilizá-la para punir docentes e se aproveitar da pandemia para impor a Educação a Distância (EAD) como modelo para a PUC-SP. A Reitoria jamais utilizou ou utilizaria qualquer avaliação institucional para punir docentes, discentes ou funcionários: as avaliações não têm, nunca tiveram e, no que depender desta equipe de Reitoria, jamais terão essa finalidade. Além disso, a Reitoria já se manifestou publicamente, por diversas vezes, inclusive em reunião com a APROPUC no semestre corrente, para afirmar que não abre mão do ensino presencial, nem modificará o projeto pedagógico institucional nessa direção. Isso não corresponde a negar o uso de tecnologias digitais nas atividades acadêmicas e administrativas da PUC-SP, pois elas são bem-vindas para fazer avançar o projeto acadêmico da universidade, não para suprimir a insubstituível vida acadêmica presencial, mas em apoio a ela e em composição com ela. Nesse sentido, vale lembrar que diretrizes propostas pela Reitoria para a revisão e a proposição de projetos pedagógicos de cursos de gra-

duação incentivam, desde 2017, o uso de tais tecnologias, bem como a adoção de percentual da carga horária a ser realizada a distância (em consonância com a legislação em vigor), sempre respeitando as decisões dos cursos, cuja autonomia sempre foi e continuará a ser respeitada.

Mais de uma vez, publicações do jornal PUC-Viva insistem em atribuir à Reitoria a intenção de implantar EAD em substituição à educação presencial. Nada adianta nossa reiterada posição e argumentos em contrário, não há escuta. Resta uma fixação persecutória que, em nosso ver, apenas fragiliza ainda mais a política que as entidades responsáveis pelo jornal Puc-Viva efetuam.

Apesar (ou em razão) de tudo, repetimos: a PUC-SP não optou por EAD e nem está realizando EAD durante a pandemia em seus cursos e programas de pós-graduação

presenciais. Nesse período, sempre que possível, sim realiza suas atividades de ensino, de pesquisa e de serviços de forma remota, pelas razões de conhecimento de todos.

EAD e atividades acadêmicas remotas são perspectivas muito diferentes. Entre várias outras coisas, no ensino remoto adotado, as aulas acontecem de maneira síncrona entre professores e alunos, nos dias e horários que estavam previstos antes do isolamento social; defesas e qualificações de dissertações e teses também estão sendo realizadas online em tempo real; o mesmo acontece com as colações de grau, reuniões acadêmicas, grupos e orientações de pesquisa, debates, lives, vídeos analíticos, aulas e conferências abertas na web e assim por diante.

Toda a comunidade da PUC-SP fez esforços enormes para dar conta das adaptações necessárias ao trabalho remoto. A imensa maioria da comunidade compreendeu as urgências e as responsabilidades que cabem à universidade e a cada um de seus membros. A reitoria é muito

Continuação da
página anterior

grata à parceria e ao apoio que tem recebido da comunidade universitária. Também saúda a responsabilidade e o compromisso que os professores, funcionários e estudantes têm demonstrado.

Sabemos das dificuldades e é claro que adaptações de monta, em tão pouco tempo, trariam problemas e desafios de várias ordens. Estamos tentando resolvê-los todos, em diálogo com estudantes, professores, funcionários, coordenações, direções e entidades, nos limites de nossas possibilidades institucionais. A Reitoria permanecerá aberta à comunidade para acolher, discutir, encaminhar e resolver questões e demandas efetivas, que estejam no escopo de sua governança acadêmica e acadêmico-administrativa e que tenham o objetivo de preservar o funcionamento da Universidade com sua tradicional qualidade.

Naturalmente, cada membro da nossa comunidade tem motivos próprios e legítimos para comprometer-se com a manutenção das atividades universitárias. A Reitoria assumiu manter a universidade ativa, ainda que remotamente, por várias razões, mas uma se destaca pela sua centralidade em relação à história e às tradições da PUC-SP: trata-se do compromisso social e político de realização de atividades essenciais como formar profissionais e quadros de docentes para a universidade brasileira, produzir conhecimentos, realizar serviços de utilidade pública, participar da construção de respostas a problemas sociais, econômicos e políticos, ajudando também a qualificar o debate público. Tudo isso é essencial, nada disso pode parar, ainda mais em períodos como os que estamos vivendo. Quem não se deu conta disso precisa refletir melhor.

A Reitoria

Refletir, avaliar, dialogar

A diretoria da APROPUC, assim como o Conselho Editorial do PUC-Viva, em consonância com o Artigo 19: Direito à liberdade de opinião e expressão da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Inciso IX do Artigo 5 da Constituição Federal de 1988, preza pela livre manifestação de opinião no âmbito democrático. Dessa forma devem ser entendidos os artigos "Avaliar ou Punir?", publicado pelo Jornal PUCViva, e "Avaliar, refletir, aperfeiçoar" enviado pela Reitoria e aqui publicado.

Acreditamos, no caso específico da avaliação, que o debate sobre pontos de vista divergentes deve ser entabulado com o fim de promover uma universidade com melhores condições de ensino/aprendizagem tanto para professores como para estudantes. Os questionamentos apresentados em "Avaliar ou Punir?" refletem a preocupação de muitos professores que buscam a APROPUC e devem ser respeitosamente ouvidos.

Sim, concordamos que a avaliação institucional deve ser feita. Porém, os instrumentos de avaliação devem ser elaborados de modo a fornecer subsídios mais qualitativos para o aprimoramento do ensino. As perguntas presentes na avaliação giraram em torno da proficiência do professor/a no manejo das ferramentas digitais, o que, no mínimo, é injusto, já que os professores foram repentinamente lançados a plataformas digitais sem preparo ou treinamento eficiente. A escala Likert, usada na pesquisa, se mostrou inadequada, especialmente em uma situação excepcional. Que professor/a, exceto aquela/e que trabalha com tecnologias, conscientemente

pontuaria 100% nos quesitos apresentados? Ainda, a atuação do professor/a esbarra na precariedade de acesso online de grande parte dos estudantes que não dispõem de smartphones com câmera ou microfone que permitam a conexão adequada às aulas remotas, inviabilizando a diversificação de recursos e comprometendo o diálogo crítico e o debate. Alguns professores relataram não terem equipamentos preparados para aulas remotas síncronas e sobrecargas de uso da internet. O próprio sistema na PUC por diversas vezes saiu do ar não permitindo acesso ao Moodle e ao portal. Outro problema que tem sido frequente, relatado por diversos professores, é a intromissão de terceiros na programação do Teams, provocando por vezes bloqueios e levando à reprogramação de todos os conteúdos do Windows, com ameaça de perda de arquivos pessoais nos computadores dos professores.

O artigo "Avaliar ou Punir?" da diretoria da APROPUC não teve por objetivo "atacar" a Reitoria, e sim abrir um canal de comunicação com os gestores da Universidade. A diretoria da APROPUC, instada pelos professores, já havia anteriormente solicitado uma reunião para discutir questões decorrentes da situação de isolamento social devido à pandemia, bem como perspectivas futuras. Até o momento não foi atendida. Esperamos, em breve, abrir o diálogo com a pauta em busca de alternativas que mantenham nossa Universidade relevante nos aspectos citados pela própria Reitoria em sua missiva.

Diretoria da APROPUC-SP

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Silvana Mattos

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira,

Jason Tadeu Barba, Victoria C. Weischtard, Nalcir Antonio Ferreira Jr. e Maria Helena Gonçalves Soares Borges

Apropuc: Rua Barilra 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2485.

Atapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

FUCViva: 3670-8208 - Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br
- FUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br